

BIBLIOGRAFIA

Adelaide Ramos e Côrte

Os mais recentes lançamentos editoriais das principais editoras do país em assuntos de interesse à Administração Pública são apresentados ao leitor nesta seção.

BENIAMINO, Sérgio Leme. O processo de preparação de executivos para atuar em cenários turbulentos. **Recursos Humanos & Sociedade**, São Paulo, 1(2):3-30, dezembro de 1986.

A Nação passa por um momento de mudanças nos campos político, econômico, social e cultural. Esse momento exige que sejam repensadas e redefinidas nossas realidades sociais, e o profissional de Recursos Humanos não se pode colocar à margem dessa tarefa.

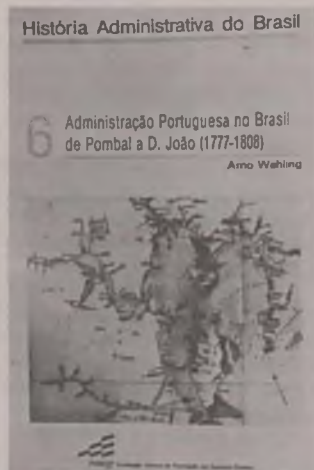
O processo de mudanças que tem caracterizado o Brasil nos últimos anos evidenciou um elevado nível de despreparo de muitos executivos para suportar os cenários de alta mutabilidade e, dentro desse contexto, agir com sensibilidade, flexibilidade e visão de futuro.

A qualidade dos níveis de competência gerencial de um país não pode ser desvinculada do seu processo de desenvolvimento social e econômico.

O nível de produtividade de uma organização depende, essencialmente, da competência e disposição dos Recursos Humanos por eles responsáveis.

Beniamino coloca que o problema da competência e da disposição é particularmente importante para entender-se a complexidade do desafio de manter o equilíbrio e a produtividade nas organizações durante o processo conturbado de mudanças em que vivemos. Para resolver este problema, apresenta a questão básica, qual seja: "De que tipo de profissional estamos precisando para nossas organizações, quando o meio ambiente se apresenta turbulento e imprevisível? Como prepará-lo?"

De posse da análise do meio ambiente e das interferências deste na organização, o autor desenvolve seu raciocínio apontando soluções alternativas, englobando os conhecimentos, habilidades e qualificações mínimas que devem possuir os executivos a fim de



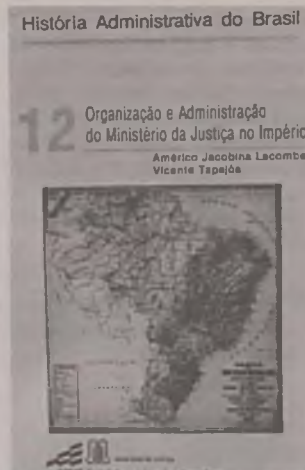
capacitá-los a enfrentar este processo de mudanças.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA DO BRASIL. Brasília, Fundação Centro de Formação do Servidor Público — FUNCEP, 1981.

A Fundação Centro de Formação do Servidor Público — FUNCEP, no cumprimento de sua missão de estimular pessoas e mobilizar instituições no sentido de valorizar e aperfeiçoar a administração pública, tem levado adiante o projeto editorial da HISTÓRIA ADMINISTRATIVA DO BRASIL — HAB.

Este projeto iniciou-se em 1955, quando o então DASP solicitou ao Professor Vicente Tapajós a elaboração de uma obra, em vinte volumes que cobrisse o histórico integral da administração pública brasileira. Sofreu interrupção em 1961 em função da mudança do governo federal para Brasília. Em 1981, a FUNCEP reedita os volumes publicados pelo DASP, altera o plano editorial da obra que passa de 20 (vinte) para 40 (quarenta) volumes e dá continuidade ao projeto.

Os cinco primeiros volumes abrangem da Administração Manuelina à Administração Pombalina. O volume 1, em dois tomos,



apresenta uma visão geral do contexto político, social e econômico da Europa daquela época (tomo 1 — Preliminares Europeias), e enfoca os principais aspectos da Administração Manuelina (tomo 2).

A política administrativa de D. João III é analisada no volume 2. A União Ibérica e a Administração do Brasil Holandês compõem o volume 3, em dois tomos, respectivamente. O volume 4 apresenta o período que vai da restauração até D. João V. A Administração Pombalina é estudada com profundidade no volume 5.

Editado em 1986, o volume 6, escrito pelo historiador Arno Wehling, trata sobre a administração portuguesa no Brasil, de Pombal a D. João. Deste período, o autor traça um plano moderno e objetivo, procurando mostrar as transformações que se processavam, expõe um quadro conjuntural que permite melhor compreensão da obra como um todo. Com um caráter eminentemente crítico, caracteriza as esferas e políticas administrativas; estuda as administrações civil, fazendária, judiciária, eclesiástica e militar, não esquecendo a administração dos setores marginalizados da população.

Os volumes 7 e 8, escritos pelos historiadores Roberto Macedo e Francisco Luiz Teixeira Vinhosa, apresentam o Brasil enquanto se-

de da Monarquia — o Brasil Reino. Os autores procuram dar uma visão realista e conscienciosa do que foi, sob o ponto de vista da administração pública, o importante período da chamada inversão brasileira. Montou-se no Brasil todo um aparelho administrativo, indispensável ao funcionamento do Reino e que seria o núcleo inicial de organismos que integravam os poderes do Brasil independente. Caracterizou-se, neste estudo, o que representou para o Brasil a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Outros aspectos que direcionaram a administração pública no país, tais como a abertura dos Portos e suas implicações no desenvolvimento econômico; a atividade industrial; o tráfico de escravos; o ensino e a saúde pública são temas abordados nestes volumes.

Organização Política e Administrativa do Império é o título do volume 9 da coleção. Escrito por Vicente Tapajós, apresenta os aspectos fundamentais à compreensão de como funcionou o Brasil da Independência à implantação da República. Inicia analisando as questões sociais, econômicas e culturais no século XIX, passando ao estabelecimento do Império, onde examina o quadro exato da vida deste, em suas várias facetas. A convocação da Assembléia Constituinte e sua dissolução, o projeto de Constituição, a posição e interferência da Igreja Católica, os direitos civis e políticos do cidadão brasileiro são fatores que, de acordo com o autor, se configuraram relevantes no período abordado pela pesquisa (1822 a 1889). É então retratado o sistema político-administrativo do Brasil neste período.

No volume 10, Lourenço Luis Lacombe escreve sobre a Organização e Administração do Ministério do Império. Configurando-se como o Ministério de maior importância política dentre as pastas do Império, corresponde, em funções, ao Ministério da Educação, Cultura, Interior e Saúde. Neste

BIBLIOGRAFIA

“Instruí-vos, porque teremos necessidade de toda a nossa inteligência; Agitai-vos, porque teremos necessidade de todo o nosso entusiasmo; Organizai-vos, porque teremos necessidade de toda a nossa força”.

Gramsci.

texto são analisadas as origens do Ministério, sua organização, as reformas de maior amplitude pelas quais passou e a ação dos seus titulares.

A diplomacia brasileira, sua evolução como processo negociatório e arte do oportunismo, até a ação da ONU no esforço de preservação da paz mundial, são os principais aspectos abordados por Álvaro Teixeira Soares na Organização e Administração do Ministério dos Estrangeiros (volume 11). Traça também o quadro administrativo da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, enfocando sua origem e relatando os fatos importantes sobre a administração dos homens que a dirigiram.

O Ministério da Justiça na época do Império é analisado pelos historiadores Américo Jacobina Lacombe e Vicente Tapajós no volume 12 da coleção, cuja publicação foi resultado de um esforço conjunto entre a FUNCEP e o próprio Ministério da Administração, dos Ministros Paulo Brossard e Aluizio Alves.

A pesquisa evidencia a importância desse segmento governamental para a vida política da monarquia brasileira, refletindo seus antecedentes na Organização Ministerial da República.

Os autores se detêm no estudo das origens, funções, composição e recursos orçamentários destinados ao Ministério da Justiça, apresentam a biografia dos Ministros desta pasta no Primeiro Reinado, no Período Regencial e no Reinado de Pedro II. Relacionam ainda, em cuidadosa resenha, os atos legislativos mais significativos promulgados na área do Ministério da Justiça da Monarquia.

O Ministério da Fazenda no Império tem sua organização e administração retratadas no volume 13 da História Administrativa do Brasil. Escrito por Mircea Buescu, objetiva reconstituir a história administrativa do Ministério da Fazenda durante o período monárquico, abordando aspectos referen-

tes à rede institucional — órgãos centrais e descentralizados — às estruturas, competências e hierarquias, o “modus operandi” do sistema fazendário e o regime do funcionalismo. Procura-se examinar as políticas orçamentária, tributária, alfandegária, monetária e de crédito público aplicadas pelo Ministério.

KUCINSKI, Bernardo & BRANFORD, Sue. *A ditadura da dívida*. São Paulo, Brasiliense, 1987. 223p.

Texto recentemente editado pela Editora Brasiliense, procura trazer ao cidadão algumas informações úteis à compreensão do processo de endividamento sofrido pelos países da América Latina.

O referencial dos autores é o do homem que está sendo obrigado a pagar a dívida, seja através do seu trabalho ou da sua miséria.

Na investigação sobre as condições em que se deu o endividamento, os autores partem da idéia básica de que este surgiu no bojo de uma crise da economia americana, de proporções comparáveis apenas à depressão dos anos 30. Em seguida analisam a teoria das ondas longas, que explica a depressão dos anos 30, ao observar que a cada meio século o capitalismo passa por crises pronunciadas.

É um texto que deve ser lido pelas pessoas interessadas em conhecer alguns aspectos ligados ao endividamento dos países latino-americanos, inclusive, e principalmente, o Brasil.

PILLA, Raul. *Parlamentarismo ao alcance de todos*. 3. ed., Brasília, FUNCEP, 1987. (Coleção de Estudos Políticos).

A Fundação Centro de Formação do Servidor Público — FUNCEP coloca no mercado editorial a terceira edição do livro do Deputado Raul Pilla: *Parlamentarismo ao alcance de todos*. Este texto faz parte do programa editorial

do Grupo de Estudos de Políticas Públicas — GEPP, que funciona como órgão assessor do Ministro-Chefe da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República.

Raul Pilla apresenta, de uma maneira clara e bastante didática, a problemática do Parlamentarismo desde sua conceituação até os pretensos defeitos do regime.

Compara os sistemas presidencialista e parlamentarista, apontando suas estruturas e funcionamentos. Finaliza procurando aferir estes sistemas, através de dois critérios fundamentais da democracia: a eleição e a responsabilidade.

Como anexo, é apresentado o texto da Emenda Constitucional nº 4, que institui o sistema parlamentar do governo no Brasil.

ROMERO, Sylvio. *Parlamentarismo e Presidencialismo na República Brasileira*. 3. ed. Brasília, FUNCEP, 1987. (Coleção de Estudos Políticos).

O programa editorial do Grupo de Estudos de Políticas Públicas — GEPP contempla esta obra em sua terceira edição, apresentando as oito cartas escritas por Sylvio Romero a Rui Barbosa em 1893, onde aponta as falhas do regime presidencialista.

Prefacia a obra, o Professor Afonso Arinos de Melo Franco, discorrendo sobre o regime parlamentarista, e tecendo comentários e comparações sobre os regimes adotados pelos Estados Unidos e Inglaterra expõe os motivos que o levaram a adotar o parlamentarismo como o regime que tem condições para vencer a atual crise da democracia brasileira.

Este texto torna-se importante e oportuno na medida em que, neste momento, a sociedade brasileira vive o processo de elaboração da Nova Constituição, onde o regime de governo presidencialista é avaliado, e se estudam alternativas de um novo regime para o Brasil.

SAVIANI, Dermeval. *Política e educação no Brasil*; o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. São Paulo, Cortêz/Autores Associados, 1987. 158p.

Texto publicado pela Cortêz/Autores Associados, originalmente apresentado como tese de livre-docência em História da Educação junto ao Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP.

O significado político da ação do Congresso Nacional na legislação do Ensino é assunto básico da tese de Dermeval Saviani. O objeto principal de análise foram as Leis 4.024/61 — Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus.

O foco da análise recaiu sobre o processo, e não sobre o produto. A ação desempenhada pelo Congresso Nacional, quando do exame dos projetos das leis mencionadas, é a ênfase deste estudo. Procurou se trazer à tona as motivações políticas a partir das quais as diferentes propostas foram analisadas.

Buscou-se evidenciar o grau em que a estratégia política predominadora determinou, no seio do regime político vigente em cada um dos períodos examinados, pela ação dos parlamentares, a conformação final do texto que acabou por se converter em lei.

Este livro torna-se um instrumento importante nesta fase de elaboração da nova Carta Magna, pois permite situar o grau em que o Parlamento pode intervir para que passemos da educação que temos para a educação que queremos.

Observação:

Para obter os livros editados pela FUNCEP, os interessados poderão dirigir-se à Diretoria de Estudos e Pesquisas da FUNCEP, SAIS, área nº 1 — Caixa Postal 12.2555, ou ainda através do telefone: (061) 245-5909 - R. 172.